

## **Guerra dos cem anos**

Henrique Rattner

FEA/USP

A História da humanidade no último milênio pode ser lida como uma sucessão interminável de guerras, invasões, destruições e massacres, particularmente no continente europeu. O início do século XI, foi marcado pelas primeiras cruzadas que se estenderam até o século XIV, tendo como objetivo assegurar o domínio cristão sobre os lugares sagrados da Palestina, controlados então pelos muçulmanos. No caminho à Terra Santa, os cruzados massacraram judeus, cristãos e muçulmanos, com extrema brutalidade, movidos pela cobiça de riquezas arrancadas das vítimas, mais do que pelo conflito para conquistar a Terra Santa.

Nos séculos XI a XIII, as populações viveram sob a constante ameaça de invasões das hordas mongóis, lideradas por Genghis Khan e, posteriormente, seu neto Kublai Lhan, cujos guerreiros chegaram até o mar Báltico. No século XII, surgiram as tribos guerreiras seljúcidas, vindos do Turcmenistão, para conquistar um vasto território que se estendeu da Ásia Menor e a Mesopotâmia até Bizâncio. Aos turcos seljúcidas seguiram os Otomanos que continuaram a expansão por meio de um poderoso exército de cavaleiros bem armados que conquistou os Bálcãs, os países do Mediterrâneo até o norte da África e chegaram por duas vezes até às portas de Viena (1527 e 1683), último baluarte da civilização ocidental. Embora derrotados pelas tropas do império dos Habsburgos, ajudados pelos poloneses, os turcos mantiveram sob sua dominação os países dos Bálcãs, até o século XIX.

Do lado ocidental, entre 1340 e 1450, França e Inglaterra travaram inúmeras batalhas, devido às tentativas dos reis ingleses de dominar extensas províncias francêsas, como a Bretanha, Gascogne e Normandia.

Durante o século XVII, a guerra dos Trinta Anos entre os reis católicos e protestantes devastou a Europa Central e o conflito terminou somente com o Tratado de Westphalia, assinado na cidade de Muenster, do qual originou se a Europa moderna dos estados nacionais.

Nos séculos XIX e XX, na luta pela hegemonia continental, França e Alemanha enfrentaram se em três guerras sangrentas. A primeira, de 1870-1871, terminou com a derrota das tropas francesas e a anexação de Alsace e Lorraine pela Alemanha. No fim da primeira guerra mundial (1914-1918) que ceifou a vida de milhões de soldados dos dois lados, o mesmo território voltou à soberania francesa. A hecatombe da segunda guerra mundial (1939-1945), com dezenas de milhões de vítimas entre soldados e civis restituiu o território disputado à França mas, dos escombros da guerra mais devastadora germinou a idéia da associação entre os dois países, sob a liderança de Konrad Adenauer e Guy Mollet, da qual se originou a Comunidade de Carvão e Aço, o Mercado Comum Europeu e, finalmente, a União Européa.

Louvando se nesses antecedentes históricos, seria possível extrapolar para o atual conflito entre Israel e os palestinos que, também, já dura mais de cem anos?

No dia 18 de janeiro de 2009, a mídia anunciou a declaração por Israel de uma trégua temporária em Gaza, com um cessar-fogo condicionado à reciprocidade do Hamas que prontamente rejeitou a proposta. Embora declarada unilateralmente por Israel, os EUA e o Egito que negociaram o cessar-fogo, confirmaram uma reunião que deve demonstrar o

apoio da comunidade internacional à iniciativa. Nesta reunião, prevista para os próximos dias em Sharm el Sheikh no Egito, participarão líderes de Estados como a França, Alemanha, Inglaterra, Turquia, Itália, a República Tcheca que exerce atualmente a presidência da Comunidade Européia, o secretário das Nações Unidas Ban Ki Mon e o presidente da ANP – Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. O comunicado não menciona a presença de representantes do Hamas que não é reconhecido pela comunidade internacional. Concomitantemente, anunciou-se um acordo assinado entre os EUA e Israel contra o rearmamento do Hamas. Esse acordo assinado em Washington D.C., pela secretária norte americana Condoleezza Rice e a chanceler israelense Tzipi Livni estabelece a cooperação entre os dois países, caso Israel aceite o cessar fogo na Faixa de Gaza.

O desarmamento do Hamas constitui a principal exigência de Israel para sustar a ofensiva que durou três semanas e custou a vida de mais de 1200 palestinos, entre civis e combatentes do Hamas. O acordo estabelece também o bloqueio dos túneis na fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito que foram usados para o contrabando de armas e, também, de combustíveis e alimentos. O texto coloca o patrulhamento da fronteira com o Egito como condição indispensável, para cuja concretização pede a colaboração da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico do Norte. A assinatura da trégua entre as duas partes em conflito seria seguida de negociações para por fim ao bloqueio de Gaza e o envio de monitores internacionais para a fronteira.

O líder do Hamas, Khaled Meshal, exilado na Síria, teria oferecido uma trégua, renovável por um ano e condicionada à retirada das tropas israelenses de Gaza e o levantamento do bloqueio do território. O Egito e os observadores internacionais usarão equipamentos modernos, fornecidos pelos EUA, para detectar infiltrações de armas.

Seria este o primeiro passo em direção à paz e, assim, ao fim do conflito que já dura, cem anos?

No começo do século XX, os “pioneiros” – fundadores das primeiras colônias e fazendas coletivistas, criaram grupos armados de defesa (Hashomer) para proteger-se contra os ataques de árabes. O movimento irredentista árabe, hostil à expansão das colônias judaicas em terras compradas dos “effendis”, proprietários ausentes que viviam nas cidades de Beirut e Damasco. Em 1929, ocorreram vários ataques a assentamentos judaicos e nas cidades de Hebron e Jerusalém.

Em 1935-36, novos ataques noturnos contra as fazendas coletivistas (Kibutzim) contra os quais a polícia britânica se mostrou incapaz de agir e reprimi-las. Uma comissão inglesa chefiada por Lord Peel, publicou um “Livro Branco” em que recomendava ao parlamento a proibição da imigração judaica para aplacar a ira dos palestinos. Estes foram incitados para a luta pelo “Mufti” – autoridade religiosa máxima – de Jerusalém, que durante a segunda guerra mundial procurou asilo na Alemanha nazista.

Pouco tempo depois, no fim da segunda guerra mundial, a Grã Bretanha resolveu devolver o mandato de proteção sobre a Palestina às Nações Unidas, que em Assembléia Geral em novembro de 1947, decidiram pela partilha em dois estados. Esta decisão foi rejeitada pelos países árabes, enquanto os judeus proclamaram, em 15 de maio de 1948, a sua independência e a criação do estado de Israel. A segunda metade do século XX foi uma sequência interminável de conflitos – 1948, 1956, 1967, 1973, 1982, 2006 e o atual, de 2008. Nos intervalos, houve inúmeros atentados a bomba, assaltos e as “Intifadas” que causaram vítimas dos dois lados e levaram à evicção de mais palestinos de suas terras, tornando-os eternos párias, precariamente abrigados em campos de refugiados, nos países

vizinhos. Apesar de inúmeras tentativas diplomáticas para resolver a questão do Estado palestino, essas fracassaram pela intransigência dos líderes dos dois lados, apesar do reconhecimento de Israel por Yasser Arafat, líder da OLP – Organização para a Libertação da Palestina – e o abandono oficialmente do objetivo de “jogar os judeus ao mar”.

A operação militar israelense de dezembro último configura a quarta vez que Israel invade a Faixa de Gaza. A primeira, em 1948, na guerra de independência; a segunda, em 1956, quando junto com a França e a Inglaterra invadiram Gaza para recapturar o Canal de Suez, nacionalizado por Nasser. Em 1967, durante a guerra de seis dias, ocorreu outra invasão que levou à ocupação do território por 38 anos, até a retirada unilateral comandada por Ariel Sharon, em 2005. O confronto atual foi detonado pelos bombardeios diários de colônias israelenses situadas na fronteira, por foguetes Quassam de pequeno alcance cuja eliminação seria um dos objetivos principais da ação militar. Ficou patente que o governo de Israel cedeu às pressões crescentes da opinião pública, às vésperas de eleições gerais para o parlamento, marcadas para fevereiro próximo e cujos resultados terão grande impacto na futura política israelense. Deve-se ter em mente que, ao longo dos últimos anos, sobretudo durante o governo exercido pelo “Likud”, cresceram as pressões para ocupar mais terras dos árabes, abandonadas ou conquistadas durante os conflitos, e alimentadas pelo sonho de Israel nas fronteiras bíblicas, defendido pelos extremistas da direita e pelos ortodoxos religiosos.

As sucessivas insurreições (“Intifadas”) nos anos oitenta e a mais violenta, de 2001-2003, desfizeram a ilusão de poder manter os palestinos submissos à dominação de Israel e apontaram para a necessidade de se chegar a um acordo de paz final, com a criação de um Estado palestino, a negociação da retirada dos assentamentos implantados na Cisjordânia, a partilha, considerada por muitos israelenses como sacrilégio, de Jerusalém e o estabelecimento de fronteiras seguras garantidas internacionalmente.

Apesar da disposição e do apoio dos países árabes a uma solução negociada, comprometendo-se a reconhecer Israel e a estabelecer relações diplomáticas com o Estado judeu em troca do retorno às fronteiras pré 1967 e a criação de um Estado palestino, as resistências internas dos dois lados são muito grandes. A recusa de Hamas de reconhecer Israel e de lutar pela libertação de toda a Palestina, tem impedido um avanço na direção de um tratado de paz, garantido pelas Nações Unidas, os países árabes e as potências ocidentais.

Em 2002, a Liga Árabe reunida em Beirut, formalizou uma proposta de normalização das relações diplomáticas e comerciais em troca da retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967, que foi rejeitada pelo então governo de Israel, sob a chefia de Ariel Sharon.

A recusa de Israel fortaleceu o Hamas em detrimento da facção mais moderada, o Fatah, que acabou expulsa da Faixa de Gaza pelo grupo mais radical e intransigente, o Hamas.

Tanto na guerra no Líbano contra o Hezbollah – o “partido de Deus”, em 2006, quanto no conflito atual em Gaza, os combatentes têm desenvolvido uma tática militar contra a qual os bombardeios da força aérea e da artilharia pesada têm se mostrado pouco eficientes. Por outro lado, um combate de guerrilhas, defendendo cada casa e edifício, entrenchando-se em túneis subterrâneos, teria um elevado custo em vidas de soldados, inaceitável pela população de Israel.

Continuando a mandar foguetes Quassam contra assentamentos israelenses, respondidos por pesados bombardeios da força aérea, tem criado uma situação em que ambos os lados

são ansiosos por uma trégua, mesmo temporária, na expectativa de estabelecer negociações que possam levar à criação do Estado Palestino e a celebração da paz.

O Hamas, a exemplo do mundo árabe, estava dividido quanto ao “como” terminar conflito. Tal como Israel, o Hamas procurou obter o máximo de ganhos políticos com o desfecho da guerra. Mas, enquanto os combatentes dentro da Faixa mandaram sinais urgentes para terminar rapidamente o banho de sangue, seus líderes no exílio insistiram na continuação da luta, até a consecução de suas exigências. A pressão externa de países que apoiaram a mediação do Egito para conseguir a aceitação dos termos da trégua que deixaria o Hamas no controle do território, embora sem condições de continuar a guerra, prevaleceram sobre os grupos mais intransigentes. Tanto o Egito quanto a Turquia esforçaram-se para convencer Khaled Menshal, o líder do Hamas asilado na Síria, a diminuir suas reivindicações, tendo em vista a situação catastrófica em Gaza. Os esforços diplomáticos visam uma trégua de vários dias, seguida por amplas conversações para resolver as questões sobre o controle das fronteiras e um cessar fogo de longa duração. Essa mudança para uma posição mais moderada do Hamas é devida à percepção de que sua tática de ganhar mais apoio internacional, incluindo do Egito, não produziu os efeitos esperados. O conflito revelou também a divisão entre os países da região, ficando por um lado a Arábia Saudita, o Egito e a ANP, que acusaram o Hamas de agir no interesse do Irã, Síria e do Hezbollah. Essa tensão entre os árabes explica a chamada da intermediação da Turquia que mantém relações com Israel e o Hamas. Tal como o Hezbollah que cantou vitória no confronto com Israel em 2006, no sul do Líbano, também o Hamas poderia declarar-se vitorioso, embora as opções estratégicas continuem com as forças de defesa de Israel.

Indubitavelmente, o presidente Barack Obama que tomou posse em 20 de janeiro de 2009, a ONU e os países árabes devem exercer todo seu poder de influência para conseguir uma solução pacífica desse conflito que se arrasta há mais de cem anos.